

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021. 392 p.

RESENHA: “FORMAÇÃO POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO” CAIO POMPEIA

REVIEW: “AGREIBUSINESS POLICY FORMATION” CAIO POMPEIA

Valéria do Ó LOIOLA¹

A obra intitulada “*Formação política do Agronegócio*” é de autoria de Caio Pompeia, formado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-doutorado da Universidade de São Paulo (USP). Pompeia é pesquisador de temas como: agronegócio, sistemas agroalimentares, estado, políticas públicas, agricultura familiar, extensão rural e diversas outras temáticas que perpassam por questões conflitantes na contemporaneidade. Seu amplo currículo oferece respaldo a discussões pertinentes ao contexto econômico brasileiro.

Esta obra traz a luz do debate, importantes questões que estão diretamente ligadas ao processo de constituição da agricultura patronal, realizando com clareza uma contextualização histórica sobre o processo de consolidação do agronegócio em meio ao campo com distintos setores conectados direta e/ou indiretamente à agricultura tida como “moderna”.

O livro é dividido em nove capítulos e subitens bem distribuídos. O prefácio da obra, sob autoria de Manuela Carneiro da Cunha, consegue realizar um claro direcionamento sobre as temáticas aprofundadas no decorrer das discussões do livro, efetuando uma descrição da conjuntura dos sucessivos governos que emperraram e/ou viabilizaram a hegemonia do agronegócio alcançada na atualidade.

Pompeia (2021) consegue realizar um exitoso panorama ao que se referem às discussões sobre o agronegócio, tratando, com efeito, o discurso dos “atores” envolvidos no processo de consolidação da agricultura patronal, como: agentes políticos, os grupos de empresários e corporações multinacionais que atuam de modo preeminente em relação aos sistemas alimentares do Brasil.

O autor aborda, de modo assertivo à heterogeneidade do âmbito do agronegócio, iniciado a partir do discurso de viabilidade em “alimentar” a população mundial, assim como,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em Geografia pelo PPGEO da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). Licenciada em Geografia pela UNEMAT.
valeria.loiola@hotmail.com

a brasileira. Ao passo que, este processo, no que lhe concerne, veementemente visam — apenas e tão somente — o lucro e poder em detrimento de classes em desprestígio.

Em suma, o pesquisador realiza uma análise cirúrgica quanto à dinamicidade das relações que se materializam conforme cada momento histórico do processo de constituição da sociedade brasileira. Buscando elucidar como agem os diferentes atores políticos emergidos ante à insatisfação da população, tanto no que tange seus posicionamentos e discursos, quanto do modo como as instituições agem perante o domínio e ao poder. Ponderando sobre a compreensão de todo processo de viabilidade econômica, social e política do agronegócio, realizando uma revisão e contextualização das condições de produção e denominação que, primeiramente, surge como “*agribusiness*”.

A expressão “*agribusiness*” emerge no meio acadêmico, na Universidade de Harvard, Estados Unidos, em 1955, quando utilizado pela primeira vez, por Donald K. David e Ray A. Goldberg, motivados pela substituição de uma visão compartimentada, sendo de fundamental importância à utilização de um novo paradigma que promovesse a união das palavras “agricultura” e “negócio”. Após constatar a ausência de denominação única que tornaria possível compreender os problemas agrícolas e suas distintas relações com os diferentes setores, surge também, a ideia denominada “*family farmers*”, que no Brasil é usualmente designada como “Agricultura Familiar”. A ideia de *agribusiness* surge com a ideia de *family farmers*, não em sentido de oposição, mas sim, conectada a proposta, visando uma legitimação e maior adesão pelos pequenos produtores que, de certo modo, seriam e como foram excluídos da cadeia produtiva contemporânea.

Para Davis (1956)², um dos fundadores do termo, distintas estratégias foram aplicadas para fomentar o surgimento de *agribusiness*: a primeira estratégia foi a de reorganizar a produção agrícola com base em grandes unidades cooperativas; a segunda visava a promoção de unidades familiares conectadas a cooperativas; e, por fim, a integração sem monopolizar as unidades produtivas com base na cooperação direta entre produtores e corporações.

Inserido nesse contexto, na década de 1970, ainda em seu território de surgimentos, Estado Unidos, o *agribusiness* se depara a uma significativa aceitação, no entanto, precisa lidar com algumas críticas, que visavam desconstruir a narrativa exitosa como era empregada. Convém ressaltar que, tais críticas vieram de atores importantes na disseminação do conceito, sendo eles: a mídia e pesquisadores renomados. E algumas dessas críticas vinda de jornais como o *The New York Times*, importante veículo de comunicação com grande aderência por parte da

2 DAVIS, J. “From Agriculture to Agribusiness”, *Harvard Business Review*, n. 34, p. 107-115, jan. 1957.

população. Desse modo, uma das primeiras análises críticas enfrentadas foram as alegações de que essa denominação pouco resultaria em novidades, apenas uma nova designação que poderia favorecer apenas ao alcance de (negociação), ou seja, *lobbying*.

Pompeia (2021) desenvolve um debate pertinente e necessário quanto à atuação, por exemplo, de organizações voltadas ao cultivo e processamento de cereais. A importação da noção de *agribusiness*, em território brasileiro, conta com forte apoio da *Agrocere Group*³, evidenciando nomes de grandes assessores, como Ivan Wedekin e Luiz Antonio Pinazza, frente ao papel de divulgação e propagação da noção de *agribusiness*.

De acordo com Pompeia, Pinazza se destaca como pioneiro na escrita de textos que objetivavam apresentar a ideia de *agribusiness*, no território brasileiro, associado à noção do *agribusiness* norte-americano de Davis e Goldberg, enquanto Wedekin foi pioneiro na divulgação de projetos. Desse modo, a *Agrocere* objetivava alcançar legitimidade frente à opinião pública, tanto para melhor visibilidade do grupo, quanto perante o meio político, obtendo maior potencial de convencimento, além de exercer pressões sobre o governo.

A primeira vez que o uso do termo “agronegócio” foi publicado no Brasil foi pela Revista Veja, trazendo, como manchete “Soja, bom agronegócio”, em 1969, referindo-se a um refrigerante de soja produzido pela indústria da Coca-Cola, carregando, consigo, o discurso de bebida “nutritiva”.

O autor analisa, ainda, a inserção da ideia de *agribusiness* pelo contexto neoliberal brasileiro no período do governo de Fernando Collor de Melo (1990 - 1992), adotando como metas de governo, “administrar o recuo da ingerência governamental direta sobre o setor agrícola” (POMPEIA, 2021, p. 124). Ou seja, durante seu governo, houve drásticas reduções de recursos concedidos ao crédito rural, queda nas vendas nacionais de maquinário agrícola, além de consumo de fertilizantes e indústria de sementes.

De todo modo, a nova ordem da conjuntura econômica, social e política contribui à criação de um ambiente de efetivas defasagens dos preços mínimos e créditos rurais. Retendo drasticamente recursos financeiros e dando margem à importação de produtos oriundos da agropecuária, objetivando conter a inflação e a profunda retirada de apoio à agropecuária e funções associadas a ela.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), pouco se considerava a agricultura como algo estratégico *do e em* seu governo. Todavia, posteriormente, muda seu discurso ao admitir as alterações nas condições e variáveis macroeconômicas que

³ Ver mais em: <https://agrocere.com.br/>

determinam e condicionam as políticas possíveis a serem aplicadas. Para o então presidente, a agricultura brasileira estava inserida em um novo mundo, enfatizando que esta é o futuro possível de uma nação.

Durante governo de FHC, a Agrocere entra novamente em atuação com medidas estratégicas para tentar emplacar a concepção de *agribusiness*, a partir de uma proposta de planos de ação, das quais perpassavam pela realização de evento internacional, o lançamento de um livro e a fundação de um centro na Universidade de São Paulo (USP), repetindo-se, o ocorrido nos Estados Unidos da América durante a década de 1950. Estrategicamente, buscando apoio e convencimento da opinião pública, influenciar o governo a reconhecer a importância do *agribusiness*, buscar centrar ações empresariais e atuações em organizações privadas.

Nesse sentido, o Brasil é escolhido pela *Agribusiness Council*⁴ como o local de maior potencial para emplacar o conceito e desenvolvimento do agronegócio, com a pretensa ideia de transformar o país no celeiro do mundo. Assim, surge no Brasil, ancorados pela narrativa de combate à fome e desnutrição no mundo, o termo em questão. Com isso, para que o uso da palavra pudesse imprimir características brasileiras, passa-se a utilização de “complexos agrícolas”, no entanto, a expressão não fazia alusão à cadeia produtiva ligada a todo sistema de produção.

Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e, posteriormente, nos governos de Dilma Rousseff (2011 – 2016), a aproximação com as pautas da agricultura patronal foram expressivas. O ex-presidente Lula, em seus discursos na televisão aberta, sempre se preocupou em ressaltar a importância da agricultura familiar para seu governo, e evidenciar também a importância do agronegócio à economia brasileira, vigorando a ideia de complementariedade dos distintos modos de produção.

Pompeia ressalta, com efeito, as prevalências nos discursos quando próximos a representantes de movimentos e entidades das classes trabalhadoras, tentando de modo ao não-abandono de narrativas de dupla priorização. No Governo Dilma Rousseff, há a continuidade das duas linhas de apoio ao agronegócio, sem abandonar o discurso da agricultura familiar. O dualismo elencado durante os anos de seu governo, ocasionaram divergências, pelo fato de ambas as formas de produção agrícola – agricultura familiar e agronegócio – alegavam a aparente falta de assistência governamental.

Após o processo de retirar Dilma Rousseff do poder, nucleações dominantes do campo do agronegócio alcançaram protagonismo na agenda política brasileira. O referido autor analisa

⁴ Ver mais em: <https://www.agribusinesscouncil.org/>

que, o PT (Partido dos Trabalhadores) era considerado pelos líderes do agronegócio como seu principal inimigo político, e finalmente, com o fim do governo petista, agora, o “agro” seria “governo” (POMPEIA, 2020 p.299).

No Governo de Michel Temer (2016 - 2018), o fortalecimento da relação entre governo e agronegócio se torna dominante. O então presidente, expressa elogios ao agronegócio e se refere a este modo de produção agrícola como importante pauta para o governo, como sendo o setor que garante certa estabilidade econômica ao país, e incentivá-lo é incentivar o crescimento e desenvolvimento do Brasil.

Por fim, durante a corrida eleitoral em disputa à presidência da República, desponta nesse cenário o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, que busca apoio à sua candidatura na agricultura patronal pelo país. Candidato da extrema direita, com propostas extremamente críticas às políticas ambientais, demarcações de terras indígenas e reforma agrária, exatamente o que o público desse modo de produção esperava.

O autor destaca, uma série de efeitos severos e prejudiciais às minorias em decorrência da aproximação das pautas políticas a agricultura patronal, e negligenciando populações que figuraram as margens de todo o processo de produção e desenvolvimento, com problemas frequentes de desterritorialização de grupos étnicos, expropriação de terras de agricultores e o aumento da taxa de exploração dos trabalhadores rurais.

A mídia brasileira, mas precisamente o jornal “Folha de São Paulo”, relata denúncias de utilização de trabalho análogos à escravidão por empresas ligadas ao agronegócio. Diante do aumento de denúncias representantes do agronegócio se defendem que isso eram apenas casos isolados e não condizem com a realidade da grande maioria. Assim, o aumento do desmatamento na região amazônica fez com que a mídia internacional direcionasse suas críticas ao agronegócio brasileiro, trazendo como manchetes “Inimigo implacável da floresta amazônica: a soja” (*The New York Times*, 2003) e “A Amazônia asfixiada pela soja” (*Le Monde*, 2008).

A ministra do meio ambiente entre os anos de 2003 e 2008, Marina Silva, foi umas das principais agentes responsáveis por tecer duras críticas ao aumento do desmatamento devido ao avanço do agronegócio brasileiro.

Diante de todo esse cenário político e midiático, a cadeia produtiva do agronegócio, aliada a parte da rede televisiva brasileira que apoia a agricultura patronal, passando a atuarem na tentativa de minimizar os impactos acarretados, propagam, em rede nacional, a narrativa de que

Agronegócio é o responsável por trazer alimento à mesa dos brasileiros, carregando a imagem da Agricultura familiar apenas como apêndice deste modo de produção.

Propostas de alteração do Código Florestal brasileiro foram encabeçadas por ações patronais, na tentativa de que exploração em terras indígenas sejam permitidas e demarcações a partir de um marco regulatório, dentre outras alterações.

Ademais, não se deve esquecer, quem são os verdadeiros responsáveis por garantir a diversidade alimentar da toda população brasileira, a agricultura familiar, que conforme atestam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), apesar de cultivar em áreas com menores lavouras (17,7 milhões de ha) é a agricultura familiar a principal fornecedora de alimentos básicos para a população. Enquanto o agronegócio, nesse processo, figura-se apenas e tão somente como um exportador de *commodities*.

Merece ressaltar que assuntos importantes também são tratados ao longo das discussões do livro, como: reforma agrária, trabalho escravo, desmatamento, Código Florestal, demarcação de terras indígenas, dentre outros. Ao final, o autor ressalta o quanto uma parcela do agronegócio dispensa pouca atenção aos problemas ambientais e sociais causados por suas atividades econômicas. Diante do exposto, nos resta questionar: até quando o planeta conseguirá se recuperar dos danos nocivos desse modo de produção capitalista?

O autor finaliza propondo, que urge que sejam realizados pactos, acordos e/ou políticas públicas alicerçados em valores que visam a sustentabilidade, bem como a garantia e prática dos direitos humanos, buscando equilíbrio em questões relacionadas entre o homem e a natureza. Desse modo, que ações sejam desenvolvidas nesse âmbito, visando conter o desmatamento desenfreado, na Amazônia e demais biomas, que influenciam na qualidade e na preservação da vida humana.

Artigo recebido em 24-06-2021
Artigo aceito para publicação em 04-06-2022